

PAU DA BANDEIRA DE SANTO ANTÔNIO DE BARBALHA: INTERVENÇÃO CULTURAL NA NATUREZA MEDIADA PELA FÉ¹

**Josier Ferreira da Silva
Antônio Igor Dantas Cardoso**

A “Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio” se constitui de elementos históricos e ambientais a ela inerentes, indispensáveis ao seu entendimento, guiados por fatores intrínsecos ao município de Barbalha, no que se refere aos seus aspectos de cultura e natureza. Trata-se de uma manifestação festiva de cultura popular (Arantes, 2007), expressa em décadas de tradição, por meio da devoção ao santo padroeiro e ao simbolismo da árvore (Araújo, 1994), cujo caule é conduzido nos ombros dos devotos e hasteado em frente à matriz do santo, abrindo os festejos do padroeiro da cidade. O significado dos rituais do “Pau da Bandeira” se expressa na tradução da fé, como objeto sagrado e indispensável à realização da festa.



Figura 01: Josier Ferreira.

É certo que há anos vem se inserindo novos elementos a esta tradição, movidos por concepções sociais, ambientais, culturais, econômicas, políticas e espaciais, que acabam por reorganizá-la, dando-lhe novos significados, porém incapazes de anular os

¹ Produção textual condicionada pela Pesquisa sobre cultura e natureza a partir da Festa de Santo Antônio de Barbalha, vinculada pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Regional do Cariri, URCA, apoiada pela Fundação Cearense de Amparo a Pesquisa – FUNCAP.

fatores vinculados a sua originalidade. Estas formas de análise contribuem para a compreensão totalitária desta tradição popular, em busca da interdisciplinaridade que ela oferece no intuito de garantir a sua sustentabilidade ambiental e cultural (Silva, 2008) como elemento indispensável a sua continuidade. Nesse sentido, devem ser considerados os atores sociais que a realizam, os “carregadores do pau”, como também as diversas atividades a ela vinculadas, como o turismo e suas modalidades.

A garantia da sustentabilidade na “Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio” parte da compreensão dos fatores indissociáveis que condicionam a sua existência (Silva, 2008): a cultura, carregada de preceitos religiosos, que se expressa sobremaneira na devoção a Santo Antônio, cuja historicidade de tal culto remete ao início do período de formação territorial do município de Barbalha (Araújo, 1994). Nesse processo, efetiva-se sua formação religiosa, influenciada por párocos e suas tradições associadas ao catolicismo popular, sendo uma delas, o carregamento do pau da bandeira do santo padroeiro, representação de fé ao santo lusitano. A floresta condiciona os rituais, sendo a simbologia sagrada da árvore, como elemento de ligação entre a terra e o céu, representada pelo ato de carregar e levantar o mastro com a bandeira de Santo Antônio. Logicamente, os atributos físico-biológicos da árvore resultam das condições geoambientais da área (Dnpm, 2005) de onde ela é retirada, correspondentes ao Sítio São Joaquim ou Sítio Flores.

Caracterização geoambiental do Sítio São Joaquim e do Sítio Flores: fatores ecossistêmicos que condicionam a Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha.

O conhecimento ambiental das áreas de florestas que subsidiam o caule que serve de mastro para o carregamento e hasteamento da bandeira de Santo Antônio de Barbalha, na “Festa do Pau da Bandeira”, é de fundamental importância para elaboração de políticas que objetivem a sustentabilidade ambiental e cultural da tradição. Evidenciamos que são as especificidades das condições geoambientais que caracterizam estas áreas que condicionam o desenvolvimento biológico das espécies que subsidiam a tradição, que simultaneamente reúne Cultura e Natureza.

Os Sítios Flores e São Joaquim integram a Bacia Sedimentar do Araripe, apresentando características geoambientais inerentes às altitudes onde estão localizados. Do ponto de vista geomorfológico, estes sítios correspondem aos chamados “pés de serra”, próximos à parte superior da encosta da Chapada do Araripe. Suas localizações

condicionam características geossistêmicas que os evidenciam como locais de recepção do escoamento superficial das águas que escorrem da parte superior da encosta da Chapada do Araripe, em direção às áreas de pediplano, onde se localiza o centro urbano de Barbalha. Além das águas das precipitações pluviométricas, nestes sítios escoam as águas das fontes localizadas na encosta da chapada do Araripe. A geomorfologia define o escoamento superficial das águas, condicionando um maior desenvolvimento biológico das árvores, correspondentes às matas ciliares e próximas aos riachos, que também subsidiam a tradição. Tal como ocorre nas demais áreas da Chapada do Araripe, a convergência dos fatores geológicos, geomorfológicos, hidrológicos e pedológicos condicionam um ecossistema caracterizado por duas formações vegetais distintas, arbustos e floresta.

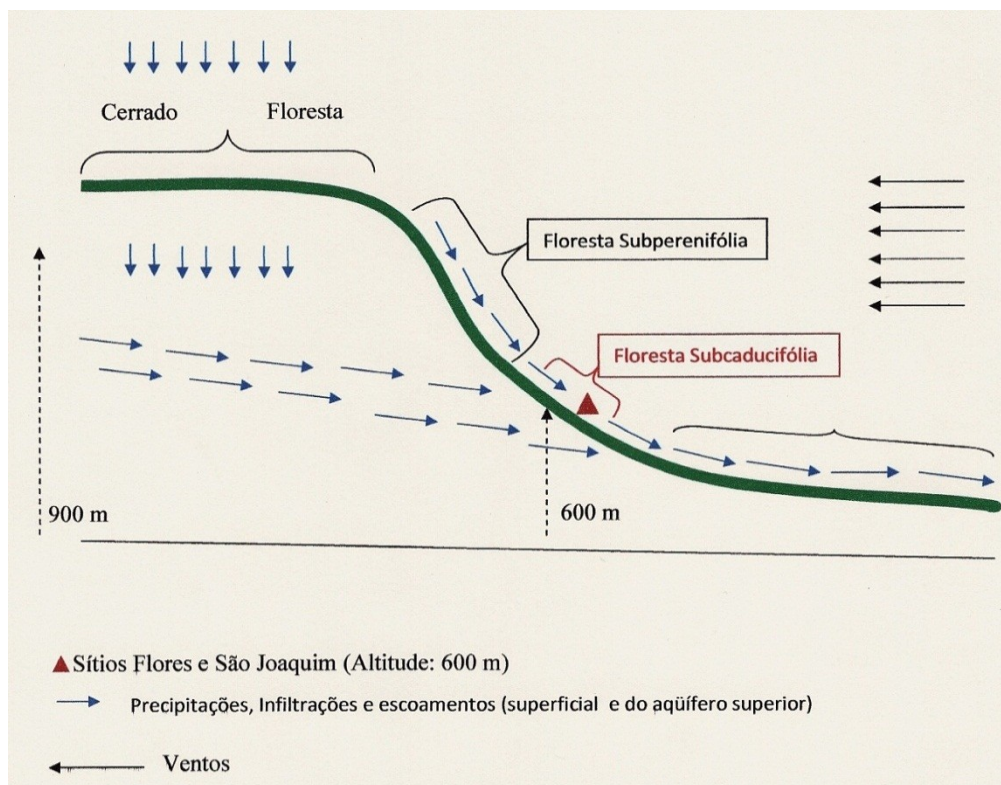


Figura 02: Perfil Geomorfológico da Bacia Sedimentar do Araripe e fatores que condicionam o desenvolvimento biológico das árvores. (Fonte: Silva & Cardoso, 2011)

As áreas de corte do pau da bandeira correspondem a uma floresta subcaducifólia, onde se encontram algumas espécies arbóreas que são as mesmas existentes na floresta subperenifólia da parte superior da encosta da Chapada do Araripe. Assim, as árvores que constituem cobertura vegetal dos sítios atingem um maior desenvolvimento biológico nas áreas de escoamento superficial intensivo, correspondentes aos rios e córregos e onde se operacionaliza parte do ritual da festa.

Nestas áreas, que margeiam rios e córregos, são retiradas as árvores que, ao servirem de mastro para o santo, perdem o sentido biológico e ganham novo sentido simbólico, vinculado à fé e que norteia a tradição. Nesta perspectiva, condições físicas da paisagem se entrelaçam com a cultura religiosa, cujos rituais orientam a intervenção antrópica.

Vale ressaltar que as condições geoambientais, como fator que condiciona o desenvolvimento biológico das árvores utilizadas como pau de Bandeira, inviabilizam a proposta política e judiciária de definição de uma área limitada, exclusiva ao plantio de árvores para este fim, já que o crescimento das árvores não ocorre de maneira uniforme, variando em conformidade com a adaptação das espécies aos fatores ecossistêmicos favoráveis, relacionados à localização onde serão plantadas.

Em meio à densa floresta, cortada por riachos que drenam as águas do inverno, e por córregos, onde escoam as águas de fontes perenes originadas das águas subterrâneas do aquífero superior, as espécies disputam entre si a luminosidade solar para realizar o processo de fotossíntese. A densidade da cobertura vegetal faz a copa das árvores reterem a radiação solar inibindo o desenvolvimento das espécies menores e dando à mata uma temperatura amena.

A densidade da floresta é um fator que faz com que as plantas, durante o seu crescimento, ao concorrerem à luminosidade para realização do processo da fotossíntese, entortem seus caules conforme a presença dos raios solares que penetram a floresta. Assim, as árvores, em determinada altura, perdem a sua posição retilínea, voltando, às vezes, a sua posição inicial à proporção que atingem uma altura maior. Essa condição natural de crescimento faz os caules das árvores adultas apresentarem formas tortuosas, fator que é levado em consideração pelos carregadores do pau da bandeira na sua escolha do caule para o carregamento e hasteamento. Assim se busca o caule mais retilíneo possível, a fim de se evitar acidentes e facilitar a condução. As estratégias de carregamento, definidas pelos carregadores, são adotadas levando em consideração o formato do caule.

Convém ressaltar que as árvores têm a durabilidade de vida variada, e que estas, mesmo sem a interferência antrópica, após atingir a sua fase adulta, se aproximam cada vez mais do fim do seu ciclo biológico. Daí, ser comum se encontrar na floresta caules de árvores caídas, em estado de decomposição sobre o solo. A própria decomposição da matéria orgânica das árvores, ao final do seu ciclo biológico, como ocorre em outros ecossistemas semelhantes, alimenta a fertilidade da floresta.

A tendência de escolha do caule obedece aos requisitos de a árvore ser adulta, ter diâmetro compatível com o tamanho dos braços dos carregadores, permitindo a sua locomoção. A altura é outro fator determinante na escolha, geralmente optando-se por árvores que variam entre 20 a 25 metros, que permita o cumprimento da exigência simbólica da religiosidade, que consiste no hasteamento da bandeira do santo de devoção. Essas condições fazem com que a escolha das árvores se vincule às características técnicas do seu desenvolvimento condicionadas pelas condições geoambientais, mesmo sem que os carregadores tenham a consciência sobre elas.

Aspectos da relação entre sustentabilidade ambiental e cultural da Festa do Pau da Bandeira

Entre os anos de 1928 e 2004, quase que de forma ininterrupta, com alguns anos de exceções, o corte de árvores utilizadas no ritual religioso foi centrado no Sítio São Joaquim. Nesta perspectiva, as características específicas de altura e diâmetro do caule que contemplem a sua utilização na tradição contribuíram para a predominância do corte de árvores adultas, de idades aproximadas, cujas espécies mais representativas, conforme os padrões biológicos foram “angicos”, “aroeiras”, “pau d’óleo”, “Mal vizinhos”, dentre outras. A opção por árvores de mesmos padrões biológicos de crescimento, verticalidade e espessura do caule, exigidos pelo simbolismo religioso de sua transformação em “pau da bandeira”, provavelmente provocou a redução de algumas espécies na floresta. Em décadas anteriores, pela facilidade de acesso, a retirada da mata e o transporte do mastro para a estrada até o local onde se aguarda o carregamento, chamado de “cama do pau”, se constituiu num fator que condicionou a intensificação do corte nas proximidades da estrada e da margem do rio. Contudo, a mecanização desses processos viabilizou a escolha de árvores no interior da floresta para servir de pau da bandeira.

No entanto, fundamentando-se em análise de imagens de satélite, é possível analisarmos que a intervenção antrópica na floresta, derivada do corte de árvores para atender os rituais de fé católica em Santo Antônio, é consideravelmente menos impactante na natureza, quando comparada à redução da cobertura vegetal do Sítio São Joaquim provocada para outros fins. É lógico que qualquer intervenção humana na natureza gera impacto no ecossistema, contudo, nessa análise comparativa, observarmos que a intensiva devastação nesta área tem sido resultante de fatores alheios à tradição

religiosa, resultantes de outras atividades e finalidades. Dessa forma presenciamos que a margem esquerda do rio que corta a floresta no Sítio São Joaquim, o riacho seco, se encontra desmatada quase que em sua totalidade. Pelo fato de, ao longo dos anos, não se ter monitorado e divulgado esse processo de devastação, ele é ignorado pela mídia, diferentemente do que ocorre com o Corte do pau da bandeira, cuja dimensão antropológica e cultural atrai a cobertura jornalística.

Não se pode ignorar que, em ambos os casos, as relações antrópicas, religiosas ou não, interferem no meio, na alteração dos ecossistemas, contudo é preciso reverter a lógica do denunciamento emocional relacionado eminentemente ao ritual. Reverter essa ótica, buscando, ao mesmo tempo, a sustentabilidade ambiental e cultural, com o mesmo grau de importância, implica a realização de estudos técnicos e antropológicos dos impactos ambientais nessas áreas, não apenas decorrentes do corte do pau da bandeira, mas de todos os fatores e atividades nelas desenvolvidas, que direta ou indiretamente provocam a redução da sua cobertura vegetal. Não se trata da intenção de ignorar o impacto ambiental decorrente do ritual, mas de se buscar uma análise científica de colaboração técnica envolvendo elementos físicos, históricos e antropológicos, voltada para a sustentabilidade ambiental e cultural da tradição. Nestas condições, afirmamos que, mesmo depois de 80 anos de cortes de árvores, centrados quase que exclusivamente numa mesma área, para servirem de pau da bandeira, existe a premência de intervenção de políticas públicas no sentido de se garantir, ao mesmo tempo, a sustentabilidade ambiental e cultural da Festa do Pau da Bandeira.

Isso remete à necessidade de investimento num planejamento ambiental do ato de corte e deslocamento da árvore na floresta, objetivando reduzir seus impactos nos ecossistemas e garantir a sustentabilidade ambiental e cultural da tradição. Neste sentido, mesmo sem uma análise científica, considerando ser, no mínimo, 50 anos o tempo necessário para o desenvolvimento biológico das árvores para alimentar a tradição, significa dizer que o replantio de novas árvores, das mesmas espécies, com a mesma finalidade, deverá esperar o mesmo tempo, 50 anos, para a sua utilização no ritual. Assim, na proposta de sustentabilidade ambiental da tradição, deve-se ter a consciência de que as árvores plantadas pelos atuais carregadores só terão seus caules carregados como pau de bandeiras provavelmente por seus netos. Dessa forma, a sustentabilidade cultural da tradição está intimamente vinculada à preservação ambiental.

É importante o entendimento de que a garantia da sustentabilidade ambiental e cultural trata-se de um investimento em longo prazo. Ainda mais, deve-se considerar que mesmo com as condições favoráveis de realização da fotossíntese e drenagem, e altitudes, as novas árvores plantadas terão o seu desenvolvimento biológico variado, implicando que muitas espécies não atingirão a altura, diâmetro e verticalidade exigidos para, no futuro, se constituírem pau de bandeira. Nesse contexto, é importante considerar que mesmo se adotando o replantio de árvores como alternativa ambiental de sustentabilidade, por condicionamentos das relações dos fatores naturais, não se obterá um aproveitamento de cem por cento das espécies plantadas, com características físico-biológicas exigidas pelo ritual; apresentando, pois, uma perda percentual em relação aos objetivos.

Neste mesmo sentido, deve-se considerar que até o momento da redação deste texto, 2011, o corte da árvore ocorreu desprovido de ações técnicas, cientificamente planejadas, em sintonia com as pesquisas que esclarecem os fatores históricos e antropológicos da festa.

Não obstante, existe a consciência de parte dos gestores públicos, e da sociedade em geral, da necessidade de se alcançar a consolidação de ações reivindicadas pelo discurso da sustentabilidade. Assim, urge a necessidade de se promover o mais rápido possível a elaboração e efetivação de políticas públicas voltadas para a sustentabilidade ambiental e cultural dessa tradição. A efetivação do replantio precisa ser associada a ações governamentais de órgãos públicos relacionados com a Festa de Santo Antônio, no sentido de fiscalizar e monitorar a degradação das matas que subsidiam com suas árvores a tradição. Por sua vez, a colaboração do meio acadêmico nesse processo deverá superar o dualismo entre homem e natureza, investindo numa concepção de integração desta última com a cultura. A natureza deve ser entendida como um elemento vinculado aos valores culturais do homem, que dá a ela um sentido simbólico, associado ao seu universo e percepção de mundo, sobretudo quando se trata de festas de tradições agrárias.

Sinalizamos que entre os impactos ambientais, decorrentes das ações antrópicas, nos Sítios Flores e São Joaquim, encontra-se a pressão demográfica sobre os ecossistemas imposta por ocasião do corte. A pressão demográfica deve se constituir numa das preocupações em relação à sustentabilidade ambiental destas áreas, sendo, principalmente, decorrente de uma publicidade que, desprovida da reflexão sobre a interatividade entre cultura e ambiente, promove o deslocamento de centenas de

pessoas para entrar na floresta, sem que estas participem da operacionalidade do ritual de corte e retirada do caule da mata.

Nestas condições, na maioria das vezes, as coberturas jornalísticas sobre o evento propagam o dia do corte da árvore como a própria abertura da festa, dando a impressão de que a festa tem o seu sentido simbólico associado ao “corte” e não ao levantamento da bandeira, como prova de devoção, que ocorrerá alguns dias depois. É importante, para se compreender o sentido da tradição, que a festa se relacione com a fé, materializada no carregamento e levantamento da bandeira, sendo “o corte” apenas um requisito necessário para que isso aconteça. Geralmente a intervenção midiática apela para a abordagem do tamanho da árvore cortada, diâmetro do caule, sentimentos de mulheres associados à crença em Santo Antônio como Santo casamenteiro. Nestas condições, ignora-se a dimensão antropológica contida na relação de manifestação da religiosidade com a natureza, no seu sentido profundo que promove a festa como patrimônio cultural imaterial. Assim, a dimensão ambiental é ignorada e, muitas vezes, quando abordada, apenas se faz norteada pela leitura da legislação ambiental e posições institucionais de órgãos públicos de preservação.

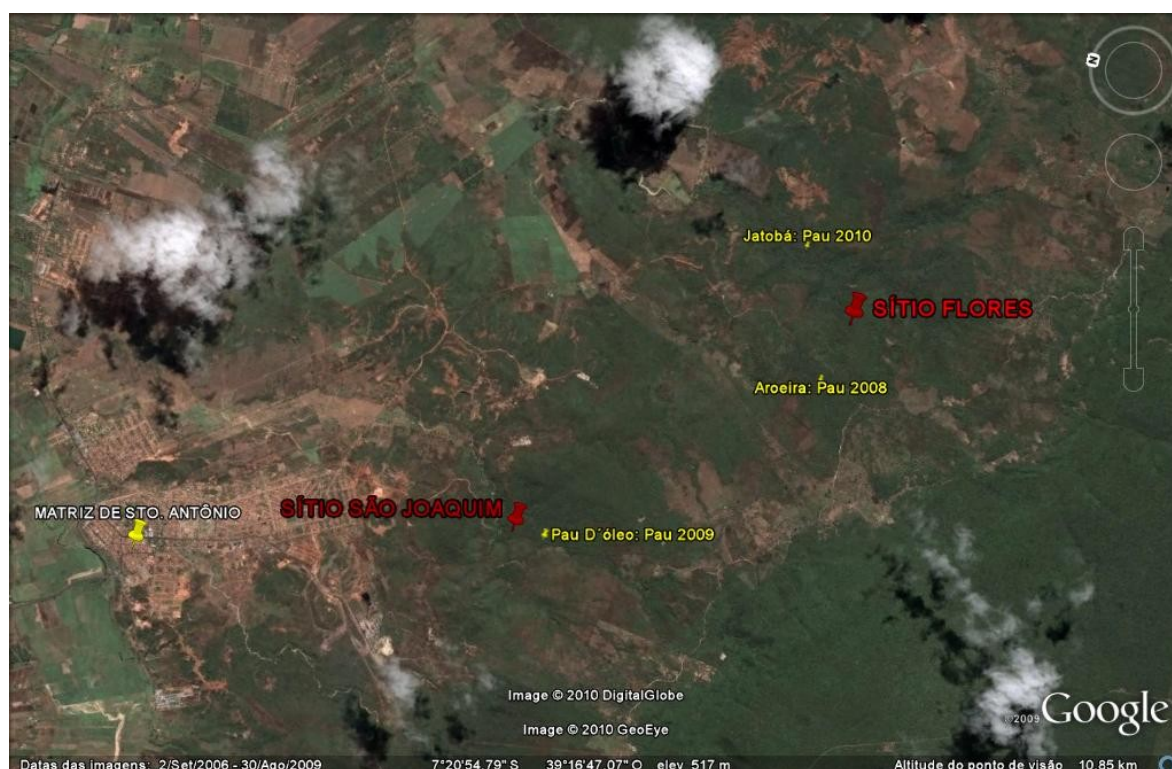


Figura 03: Área de localização dos Sítios São Joaquim e Flores - Município de Barbalha – Ceará. (Fonte: Google Earth, 2009).

Cultura e natureza: ação antrópica mediada pela fé

A festa deve ser percebida a partir do envolvimento simultâneo da cultura com a natureza, implicando uma humanização da natureza em favor da devoção ao santo. Nesse processo de relações entre o físico e o humano não se pode ignorar suas características suscitadas de caráter sagrado e profano, sendo esse último exercido como uma intervenção para superação dos desafios dos rituais contidos na tradição. Os rituais se constituem na escolha da árvore, no corte, na retirada da floresta, no carregamento e no hasteamento da bandeira (Souza, 2000), associados a promessas, intenções de casamento; e também movidos pelos sentimentos festivos: a aguardente, popularmente conhecida como a “cachaça do vigário”, alegria (animação), confraternização, vestimentas, liberdade de expor sua devoção, num misto de fé e festa, que tem a floresta como maior subsidiadora da tradição.

Há mais de 80 anos, a relação cultura e natureza são premissas básicas à realização da “Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio”. A referida manifestação é carregada de simbolismos, representados pelos rituais e pelo “Pau”, considerado objeto sagrado perante as intenções de promessas e orações por ele intermediadas uma vez que serve de mastro no qual ascende a bandeira do santo padroeiro, que abençoará a cidade. Ao longo do tempo, a Festa se tornou a principal manifestação cultural do município, vinculada às tradições agrárias, tendo incorporado novos elementos, bem como novos significados, levando em consideração as diversas transformações ocorridas no tempo e no espaço, em oito décadas de festejo. É sabido que, para a realização do evento, faz-se necessária a retirada de uma árvore de área de preservação permanente, sendo necessário atender às exigências para que a mesma seja “Pau de Bandeira”, ou seja, grande em tamanho e espessura.

A dificuldade em compreender a relação cultura e natureza está vinculada a processos histórico-ideológicos, nos quais a natureza é vista como oposição à cultura, a ser dominada pelo homem; a natureza-objeto, concretizada pela civilização industrial, como subsidiadora ilimitada de recursos (Gonçalves, 2001). Tratando-se da manifestação popular da “Festa do Pau da Bandeira”, observamos que, ao analisarmos a intervenção antrópica na natureza, derivada dos rituais de fé católica, este é inversamente proporcional à alteração no ecossistema local, resultante de interesses econômicos.

Abordar a temática da natureza, em um momento no qual o caráter de sua preservação se encontra apropriado às diversas instâncias - sociais, políticas,

econômicas, científicas, dentre outras -, bem como se encontra um pouco mais evidenciado, em função dos trabalhos e ações desenvolvidos por órgãos ambientalistas, instiga a melhor pensar sobre o futuro do nosso planeta, os ecossistemas que o movimentam, e nele incluso, o homem.

Contudo, há que se pensar sobre que natureza se pretende discutir, a partir de suas concepções (Carvalho, 2003) quanto aos dilemas ambientais. No entanto, a questão proposta viabilizará o viés de natureza na Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha, Ceará, na qual se realiza por meio de fatores, naturais e culturais, indissociáveis. Assim, é importante salientar que “não existe uma natureza em si, existe apenas uma natureza pensada. [...] A natureza em si não passa de uma abstração. Não encontramos senão uma ideia de natureza que toma sentido radicalmente diferente segundo as épocas e os homens”. (Lenoble, 1969, p. 53).



Figura 04: Josier Ferreira.

Gonçalves (2001, p. 23) partilha da mesma ideia, quando afirma que:

Toda sociedade, toda cultura cria, inventa, institui uma determinada ideia do que seja natureza. Nesse sentido, o conceito de natureza não é natural, sendo na verdade criado e instituído pelos homens. Constitui um dos pilares através do qual os homens erguem as suas relações sociais, sua produção material e espiritual, enfim, a sua cultura.

Dessa forma, o processo histórico de transformações sociais, econômicas, políticas e ambientais, pela qual a humanidade passou, e ainda passa, revela-nos ideias de natureza. De acordo com Carvalho (2003), essas concepções são interpretadas a partir das necessidades culturais e sociais, por meio de modelos como a “não-natureza”, das sociedades primitivas; a “natureza orgânica”, dos gregos; a “natureza sobrenatural”, da Igreja; e a “máquina inteligente” do mundo moderno.

Partindo dos modelos supracitados, cabe-nos envolver, como parâmetro, a dimensão de natureza contida na Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio, por meio dos quais, alguns dos seus elementos, interpretados como símbolos divinos, na representação do “Pau”, objeto de ligação entre a terra e o céu, e intermediador da fé entre os devotos e o santo padroeiro do município, Santo Antônio, acabam por sobressair apenas por uma concepção cultural.

Tal simbolismo contempla o modelo de “natureza sobrenatural” (Carvalho, 2003, p. 61), modelo este advindo da Igreja Católica, no qual:

O homem, dizia o cristianismo, não se situa na natureza como um elemento no conjunto; não tem o seu lugar como as coisas tem o seu lugar; é transcendente em relação ao mundo físico; não pertence à natureza, mas à graça, que é sobrenatural [...]. (Lenoble, 1969, p. 182)

Assim como os rituais praticados durante o festejo, em que é perceptível tal divindade, sobretudo à árvore, Springer (2010, p. 163) afirma que:

A natureza é vista, portanto, como exterior ao homem, como obra divina é utilizada por ele ora para castigar ora para beneficiar os homens. Assim, estabeleceu-se uma relação ora de medo ora de adoração para com a natureza, sendo a Bíblia, fonte de entendimento dessa natureza.

Outra concepção de natureza, citada por Carvalho (2003, p. 61), a estabelece como sendo a “máquina inteligente”. Haja vista que a partir da ideia de Natureza idealizada pela Igreja, como obra divina, em que Deus a criou para servir ao homem, enfatizado no capítulo I, versículo 28, do livro Gêneses: “[...] Dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu e sobre todos os animais que se arrastam sobre a terra”; fez-se concretizar, ainda mais, a ideia de natureza fornecedora ilimitada de recursos, sobretudo, quando da transição da sociedade feudal para a sociedade capitalista, que via a natureza como um objeto a ser controlado e a funcionar “como uma espécie de “máquina perfeita” já que não pode falhar no fornecimento da enorme quantidade de

mercadorias, ou posteriormente, de matérias-primas industriais, que o novo sistema, comandado pela burguesia, vai requisitar.” (Carvalho, 2003, p. 42)

Assim, defender, especificamente, o viés natureza, na festa do Pau da Bandeira, que necessita derrubar uma árvore, para que a mesma seja símbolo da festa, parece-nos uma ideologia demasiadamente preservacionista (Diegues, 1996) quanto à questão do desmatamento na floresta. Neste contexto, indaga-se qual o limite do entendimento quanto à preservação de uma natureza intocada (Diegues, 1996) e a perpetuação de uma manifestação cultural, de caráter sensitivo e identitário para a população barbalhense? É a partir desse questionamento que procuramos pensar formas mais viáveis de garantir uma sustentabilidade mais pontual da Festa do Pau da Bandeira, sem, no entanto, desprezar nenhum dos aspectos, Natureza e Cultura, julgados por nós, como indissociáveis à sua existência.

Referências Bibliográficas

ARANTES, Antônio Augusto. **O que é Cultura Popular**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

ARAÚJO, José Edvar Costa de. **O Papel Político-Pedagógico das Manifestações da Cultura Popular na Construção de Modelos e Conceitos de Relações Sociais – O Caso da Festa do Pau da Bandeira de Barbalha**. 1994. 125 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Educação. Fortaleza, 1994.

BÍBLIA. **Bíblia Sagrada**. 108 ed. São Paulo/SP: Ave Maria, 1997.

BRASIL. **Decreto Federal s/nº, de 04 de agosto de 1997**. Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental da Chapada do Araripe, nos Estados do Ceará, Pernambuco e Piauí.

CARVALHO, Marcos de. **O que é Natureza**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

DIEGUES, Antônio Carlos Santana. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral). **Hidrogeologia da Porção Oriental da Bacia Sedimentar do Araripe: Meta A, Diagnóstico do Estado de Arte**. Julho, 2005.

ESTEVAM, Carlos. **A Questão da Cultura Popular**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1963.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (Des) caminhos do Meio Ambiente**. 8. ed. – São Paulo: Contexto, 2001.

IBAMA. **Plano de Manejo da Floresta Nacional do Araripe**. Dezembro, 2004.

LENOBLE, Robert. **História da Ideia de Natureza**. Lisboa: Edições 70, 1969.

SILVA, Josier Ferreira da. Uma Representação Sócio-Espacial da Cultura no Município de Barbalha: O Embate entre Tradição e Modernidade como Desafio Educacional. In: CAVALANTI, Maria Juraci Maia. *et. al.* (Orgs). **História da Educação** - Vitrais da Memória: Lugares, Imagens e Práticas Culturais. Fortaleza: Edições UFC, 2008.

SOUZA, Océlio Teixeira de. **A Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha**: entre o controle e a autonomia. Dissertação. Centro de Humanidades – Curso de História. Universidade Federal do Ceará/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fortaleza, 2000.

SPRINGER, Kalina Salaib. A Concepção de Natureza na Geografia. **Mercator**, Fortaleza, n. 18, ano 9, p. 159-170.